



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

MANIFESTAÇÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 059/2024

Objeto: Registro de Preços para realização dos serviços de coleta, transporte e tratamento de efluente proveniente das células encerradas do aterro sanitário municipal.

1 – OBJETO

Trata-se de Pedido de Impugnação registrado pela empresa ECOLOG SERVICOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 09.360.241-0001-16.

2 – DA ANÁLISE

A empresa ECOLOG apresentou tempestivamente, via Portal de Compras Públicas, o Pedido de Impugnação sobre as seguintes questões:

2.1 – Vedação de subcontratação

A empresa contesta a vedação, por parte do edital, de subcontratação. Vedação essa que aparece em dois locais do instrumento convocatório, conforme trechos abaixo:

2.1.1. No descritivo do item no Termo de Referência, Anexo I do edital:

“COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE EFLUENTE LÍQUIDO (CHORUME) DE ATERRO SANITÁRIO ENCERRADO. O TRATAMENTO DEVERÁ SER FEITO EM ETE EXTERNA, DEVIDAMENTE LICENCIADA PARA ESSE FIM. O SERVIÇO SERÁ EXECUTADO DENTRO DO HORÁRIO DAS UNIDADES RECEPTORAS DE LIXIVIADO LÍQUIDO. AOS DOMINGOS E FERIADOS, O SERVIÇO PODERÁ SER EXECUTADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO. É VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO”.

2.1.2. Na cláusula 4.2 do Termo de Referência, Anexo I do edital>

“4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

(...)

4.2. Não é admitida a subcontratação do serviço contratual”.

Considerando que a vedação partiu da secretaria solicitante e considerando que se trata de uma questão técnica quanto à execução do serviço, solicito que seja devidamente justificada pelo setor competente. Afinal, uma vedação indevida pode prejudicar a competitividade da licitação, restringindo a participação às empresas que prestam o serviço em sua totalidade de etapas, sendo que a subcontratação, salvo engano, não afetaria a qualidade na prestação dos serviços.

Vale ressaltar que a Lei 14.133/21 permite a subcontratação de serviços desde que não haja prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme o texto a seguir:

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

2.2 – Licença de Operação para os caminhões

Quanto à cláusula 7.1.4.3 do edital, que solicita “Licença de Operação (LO) emitida pela FEPAM individual para cada caminhão a ser cadastrado”, a empresa impugnante alega que tal exigência é indevida, sendo que a justificativa para tal alegação consta no documento apresentado. Por tratar-se de uma questão técnica referente a órgão de licenciamento ambiental, solicito que o setor técnico competente avalie a exigência e solicite retificação do edital caso necessário.

3 – CONCLUSÃO

Neste momento, encaminho o Pedido de Impugnação para análise da secretaria solicitante, e solicito posicionamento do setor técnico responsável sobre possíveis



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

retificações no edital ou, em caso de não retificação, justificativa para manutenção das exigências.

Campo Bom, 24 de julho de 2024.

Lucas Marques de Souza,
Pregoeiro,
Divisão de Licitações e Contratos